

49ª Reunião Ordinária do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia

Memória de Reunião

03 e 04 de junho 2014, Porto Seguro, Hotel Shalimar

Lista de presença

Nomes	Instituição
1- Oscar Artaza	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Paulo Dimas Menezes	2- Ex-secretário executivo
4- José Francisco Júnior	3- Natureza Bela
5- Sérgio Andrade	
6- Sueli Abade	4- Associação Cultural Arte e Ecologia / ASCAE
7- Miranda Cunha	
8- Ricardo Montagna	
9- Maria das Graças Depolo	5- Associação de Moradores de Costa Dourada
10- Célio Roberto C. Costa	6- Associação Mulheres Artesãs de Ponto Central
11- Silvaneide Porto	
12- Elaine Januário	7- Manguezal Meu Quintal
13- Almir Requião	
14- Raíssa Côrtes	8- Instituto BioAtlântica / IBio
15- Rodrigo Borges	
16- Edson Santiami	
17- Waldir Paixão Graciano	9 – Associação Moradores Comunidade Oliveira Costa
18- Aleanes Ferreira Meirelles	10- Associação de Ecoturismo Pataxó
19- Alberto P. da Cruz	
20- Cláudio Senna	11- Fórum Desenvolvimento Sustentável Conceição da Barra
21- Virginia Camargos	11- Veracel
22- Humberto Amoedo	
23- Daniela da Silva Pereira	12- Fibria
24- Juliano Dias	
25- Alexandre Di Ciero	15- Suzano
26- Cassiano Schneider	
27- Thiago Rizzo	
28- Danilo Sette	16- Movimento de Defesa de Porto Seguro / MDPS
29- Marcio R. S. Braga	17- Consultor

TEMA: Desconcentração da economia e plantios em municípios litorâneos

Dia 03/06, terça-feira

Revisão da pauta e calendário temático (Secretaria Executiva)

- **Calendário: inversão de temas da segunda e terceira reunião de 2014**
- **Pauta: inclusão / exclusão de temas / assuntos?**

Durante a manhã, aconteceram as reuniões setoriais onde empresas e organizações, separadamente, discutiram os assuntos da pauta com o objetivo de estabelecer consenso sobre os temas.

Na parte da tarde, a apresentação dos participantes marcou o início dos trabalhos. Antes de fazer a transmissão do cargo para Oscar Artaza, o ex-secretário Paulo Dimas Menezes falou sobre a mudança da pauta da reunião, cujo tema principal seria a restauração florestal, esclarecendo que a modificação foi sugerida no GT, uma vez que os planos e reuniões para tratar do tema não aconteceram e, portanto, o assunto estava muito verde.

Dessa forma, o GT fez a indicação de inversão da pauta, adiando o tema da restauração florestal para a reunião de agosto e antecipando a temática da desconcentração dos plantios. Após dar boas-vindas ao atual secretário, Paulo Dimas Menezes agradeceu a oportunidade de ter coordenado o colegiado pela segunda vez e, principalmente, pela participação da plenária na virada de rumo depois da crise no início de 2013, que possibilitou que o FF esteja hoje de novo no caminho construtivo e como instrumento importante de gestão participativa. O atual secretário executivo também agradeceu a confiança dos que o recolocaram na função e enfatizou o desafio grande que é conduzir o FF, que já está consolidado como um grande espaço de debate na Bahia. Enfatizou que não é fácil sustentar esta iniciativa de diálogo que envolve mudanças de estrutura e de pensamentos, englobando empresas gigantes com processos internos que não são fáceis de serem mudados, e que a participação qualificada junto com empresas para conseguir resultados é o que diferencia o FF de outros espaços dialógicos. Falou que a pauta para o futuro é desafiadora e que a vontade de mudar vem da alma e do coração, pensando no que fazer de fato para ter melhor e maiores resultados. E incitou a todos a continuarem no trilho e na viagem, agradecendo ao ex-secretário e a plenária pela capacidade de persistir. Em seguida, citou os assuntos que seriam abordados na reunião, como a proposta de alteração no Regimento Interno nos itens de escolha da organização sede e do secretário executivo e a desconcentração dos plantios, tema que está na pauta há alguns anos. Informou que no 2º dia haveria um informe sobre o processo de seleção do consórcio que fará o Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal para área da Veracel e também da Fibria e Suzano. Sobre o tema extração de madeira nativa, avisou que os chefes dos Parnas de Monte Pascoal e do Descobrimento, convidados a ter maiores esclarecimentos sobre o assunto, não puderam estar presentes e sem os subsídios deles não fazia sentido debater o assunto sem ter nível adequado de informação. Mas que o exsecretário executivo iria apresentar o resultado da 1ª reunião do Pacto para o fim da Extração de Madeira Nativa no MOSAICO e sustentabilidade da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal e Águas Belas. O tema Assentamentos Sustentáveis foi retirado de pauta, sendo transferido para a reunião de agosto, porque o representante da Veracel, que está mais a par do assunto, não pode participar da reunião. E que, portanto, na manhã do dia 04 haveria tempo sobrando para tratar de outros assuntos que não estavam na pauta.

Revisão do Regimento Interno (Secretaria Executiva)

□ Inclusão do calendário trimestral e reuniões ampliadas do GT no Regimento Interno

O secretário executivo iniciou o tema lembrando que a plenária precisa de informações e propostas novas e quem produz isso é o GT, que traz para plenária bater martelo. E que quando o GT não trabalha adequadamente a plenária fica sem subsídios para tomada de decisão. E o que esta incomodando é não ter nada novo na plenária e que é precisa dar um chute na bunda no GT. Duas propostas foram apresentadas para que o GT trabalhe de forma mais extensa. Proposta 1: ter mais reuniões do GT (?). Proposta 2: as reuniões do GT terem o mesmo formato das reuniões ordinárias, com dois dias de encontro.

O representante da Natureza Bela argumentou que defendia a bimestralidade das reuniões ordinárias para que as soluções na sejam postergadas *ad eternum*. Mas que o principal para ele é que a plenária seja deliberativa, com trancamento da pauta se não se resolver o assunto. E que GT seja proativo, com mais tempo para discussão dos assuntos e não sair com 17 semioptions, pois da maneira que se encontra está atrasando a plenária sem ter nenhum assunto construtivo. O representante da Suzano concordou e reforçou que o GT tem que ter uma pauta mastigada, senão fica reunião *pro forma* e acaba delegando para plenária. O ex-secretário executivo recordou que o fato das reuniões passarem de bimestral para trimestral teve como objetivo reduzir quantidade de esforço físico e deslocamentos, adequando os calendários dos diversos colegiados que atuam na região, cujos representantes são os mesmos para todas as reuniões que acontecem no território. Sobre a área de recuo dos plantios, o secretário executivo lembrou que a decisão já foi tomada, não podendo ser invadida ou ocupada irregularmente. E que o assunto não cabe mais à plenária mais e sim às empresas. O representante do Manguezal Meu Quintal fez defesa do GT, que toma muito chute no bumbum, e disse que desconcentração não depende mais do GT e sim das empresas. A representante de Costa Dourada afirmou que deve-se exigir datas e prazos para que empresas tragam soluções aos questionamentos levantados no GT. E se em 90 dias acontecer algo fora do comum, informar ao GT, secretário executivo ou empresa. O representante da Fibria defendeu que o que traz maior eficácia não é a temporalidade e não se pode jogar a culpa só no GT, criando expectativas muito grandes em cima do mesmo, colocando-o como bode expiatório, pois dá sempre a sensação de que GT não faz nada. Para o outro representante da Natureza Bela, os assuntos vão ficando complexos e por isso o GT precisa ser de produção técnica, ser mais pragmático. O secretário executivo citou que ter metas mais viáveis vai controlar a ansiedade, que deve-se ter expectativa de curto, médio e longo prazo, pensando-se no que é viável fazer até dezembro, quais resultados para 2015, 2016.

Encaminhamento- Trimestralidade das reuniões ordinárias e reuniões do GT no mesmo formato das reuniões ordinárias, com um dia inteiro ou um dia e meio de encontro, para aumentar a produtividade.

- **Processo seletivo / eletivo para organização sede (“hospedeira”)**
- **Processo seletivo / eletivo para secretaria executiva**
- **Propostas complementares – Natureza Bela**

O representante da Natureza Bela apresentou, em seguida, alterações na redação do Regimento Interno. Entre elas, a inclusão de “Instituição sede”, substituindo organização hospedeira, que foi aprovada prontamente pela plenária. Foram sugeridas diversas mudanças no processo seletivo para escolha da instituição sede e do secretário executivo. Uma delas foi a inserção do tempo de permanência dos membros da secretaria executiva – 2 anos -, não podendo ser renovado de forma subsequente. Também foram definidas as normas para a instituição se candidatar a sediar o Fórum Florestal e quem tem direito a voto, assim como o que caracteriza um membro efetivo.

Encaminhamentos:

- **A escolha da instituição sede se dará por publicação de edital contendo a documentação e os requisitos necessários. Só poderão se candidatar e/ou votar organizações que se fizeram presentes em pelo menos 60% das reuniões do ano anterior.**
- **A escolha do secretário executivo se dará por publicação de edital contendo a documentação e os requisitos necessários para o cargo. Será nomeada uma comissão paritária composto por 3 representantes das empresas e três representantes das organizações. A comissão passará por capacitação antes da escolha. Os três nomes mais votados serão levados à plenária para votação secreta, sendo escolhido o que obtiver mais votos. - A instituição sede poderá ter seu escritório em qualquer lugar do Sul e Extremo Sul da Bahia e, assim como a secretaria executiva, não poderá ser renovada no período subsequente**

- **A memória das reuniões deverá ser encaminhada, através do grupo de mensagens, no máximo 10 dias após a reunião. Deve conter o tema da discussão, as principais ideias discutidas e os encaminhamentos. Não deve ter mais que 10 páginas.**

*** Desconcentração de plantios em municípios críticos / litorâneos**

- **Afastamento do litoral em Mucuri: plano participativo de uso e ocupação do solo (Fibria, Suzano)**
- **Percentuais máximos de plantio por município litorâneo / interiorano (Natureza Bela)**

Antes do início do debate sobre os temas, o representante da Natureza Bela informou que foi publicado o Decreto Florestal 15.580 e sugeriu um novo acordo em que nenhuma madeira entre nos pátios das indústrias sem licença ambiental, para evitar, como já aconteceu, que proprietários vendam para empresas madeira de conversão de mata atlântica. O representante da Suzano argumentou que a empresa só compra se a madeira estiver 100% legal. Ao que o representante da Natureza Bela questionou como pode se precaver nos casos em que proprietário está abaixo de 4 módulos e converteu mata atlântica em eucalipto, como monitorar isso se informações do estado não chegam até 1994 e se monitoramento não alcança o extremo do extremo sul. e como será se os atuais representantes das empresas saírem das mesmas. Perguntou como estabelecer critérios para não ter problemas de conversão de mata atlântica e como não deixar que lacunas da lei se transforme em madeira criminosa no pátio das empresas. Afirmou que os municípios não licenciam eucalipto e que agora vão licenciar, mas não tem informação sobre as áreas convertidas após 94, cabendo às empresas a pré-seleção das propriedades e não fomentar em propriedades que foram desmatadas. Disse que gostaria que empresas assumissem este compromisso, pois quando seleciona um bom proprietário que não cometeu crime, separa bons dos ruins. Propôs ainda que as empresas Fibria e Suzano parem de fomentar nos 4 municípios que estão sobrecarregados de eucalipto, não fazendo renovação dos maus proprietários e fazendo a renovação dos bons por tempo limitado. A representante de Costa Dourada, por sua vez, indagou sobre o número de fomentados das empresas em Mucuri, mencionando que os poucos pedaços de terra disponíveis na região estão sendo plantados com eucalipto e se estes proprietários estão fazendo com recursos próprios ou das empresas. O consultor Márcio Braga citou que o fomento é um grande legado social que empresas passam para região, pois é difícil para produtor a regularização fundiária, incluindo averbação de RL, CEFIR, que são onerosos e com a certificação FSC consegue base de dados, apoio para mapear. A representante da ASPEX enfatizou a função social do fomento. O representante da Natureza Bela alegou que se as empresas não querem vender terra como farão para desconcentrar e que 70% da cobertura do município ser monocultura, seja ela qual for, não é salutar. O ex-secretário executivo lembrou a proposta feita para as empresas Fibria e Suzano de venda direcionada de terras em Costa Dourada, promovendo a diversificação econômica do município, tendo como fim o turismo de base comunitária e de grande porte, no que denomina Projeto Piloto para Costa Dourada. Disse que a conversa não foi pra frente, mas que empresas concordam em vender desde que seja um bom negócio para elas. E concordou que a eliminação dos maus fomentados faria bem para empresas e para a sociedade. O representante da Suzano afirmou que o assunto é complexo e precisa ser mais aprofundado, falou ainda que a empresa possui estudos sobre o uso múltiplo da madeira para serraria, postes etc, e se comprometeu a trazer para o Fórum Florestal os avanços destes estudos. A representante de Costa Dourada afirmou que assustou ao entrar nos ramais de eucalipto em Costa Dourada, pois não se vê mais ninguém no local, só casas abandonadas, pois houve êxodo dos carvoeiros e os projetos de geração de renda para a região só absorvem 10% da população, e situação é assustadora.

O secretário executivo se referiu ao acordo já existente de que empresas não vão ampliar plantios em terras próprias e indagou se irão vender terras próprias. O representante da Fibria explicou que a seleção dos bons e maus fomentados está se dando através do TAC, no qual todo proprietário que tem contrato tem que provar legalidade, da certificação e do FF. isto é, já tem três mecanismos alavancando para seleção. Comprometeu-se a

trazer para o FF o escopo de quantos deixarem de ser fomentados, porque não concordam em estar na legalidade, com APP E RL, e estão migrando de atividade. Informou que a empresa não vai adquirir mais terra, principalmente na Bahia, onde anunciou venda de 50% de terras para a Caravelas Florestal (25 mil hectares) e para a Parkia Participações. Sobre os 3km do litoral e desconcentração nos municípios, afirmou ser um grande desafio e que o FF não pode se penalizar por não trazer respostas em curto médio ou longo prazo, já que várias respostas estão no âmbito do governo e não se tem ferramentas necessárias para a resolução.

Em relação ao questionamento do representante de Oliveira Costa sobre destino de madeira plantada em uma fazenda supostamente irregular em Mucuri, o representante da Suzano declarou que se a madeira foi ilegal não vai para celulose. O representante de Oliveira Costa ressaltou que as conversas entre as empresas e a comunidade precisam ser afinadas, pois as denúncias de invasão de APAs estão sendo feitas e não está existindo vontade de resolver. O representante da Natureza Bela indagou novamente como as empresas vão desconcentrar se não pararem de fomentar e não venderem terras. Sugeriu a venda das terras num espaço temporal de 21 anos, frisando que vender para Caravelas ou Parkia não adianta, pois a atividade-fim é o eucalipto, ressaltando que essas empresas precisam ser convidadas para participar do FF e caso não aceitem se fazer uma moção de repúdio. E propôs o compromisso das empresas de fomento zero, com explicitação de percentual que será aplicado nos próximos anos. Se mostrou preocupado com a invasão na faixa de recuo dos 300m em Mucuri, dizendo que talvez essa não seja a solução mais adequada. O secretário executivo solicitou que as empresas informem os indicadores de desconcentração e que tragam para o FF os números do TAC: quantos proprietários assinaram, quantos desistiram. E que a Fibria apresente em números compreensíveis em quanto % diminuiu a desconcentração com a venda das terras. Comentou também o fomento social. A representante da ASPEX advertiu sobre a colocação da redução do fomento como indicador positivo, pois nivela bons e maus produtores. Lembrou que o fomentado precisa ter processo de certificação, se adequar à legislação trabalhista, repassar EPs para empregados, filhos tem que estar nas escolas, que são valores agregados que não encontra em outras atividades. E sugeriu que não se renove os contratos de produtores fomentados que não conseguem se regularizar. O ex-secretário executivo expôs que é preciso adotar 4 indicadores de desconcentração (econômica, social, fundiária e ambiental), tendo como principal objetivo a sustentabilidade regional. Sobre a invasão na faixa de recuo em Costa Dourada, indagou das empresas o motivo de não ter sido feito o planejamento participativo, informando às comunidades o que seria feito no futuro, como foi estabelecido no acordo pactuado no FF. O representante da Fibria citou que a empresa está prestes a fazer colheita de 550 mil m² em área de recuo em Mucuri e que é preciso tomar decisão, pois a área pode ser alvo de novas invasões. E afirmou que após 2 anos de TAC é mais factível trazer números para FF. Finalizando o debate, o secretário executivo ressaltou que as empresas fizeram o recuo de várias áreas sem ter plano de desenvolvimento econômico e social previsto no acordo, o que gerou mais problemas na região. E que não se devem fazer novos cortes na região antes da elaboração do plano participativo. O representante de Oliveira Costa reforçou dizendo que nem todas pessoas da comunidade comungam da ideia de invasão e que muitas acham que invasores, maioria de fora, devem ir para cadeia.

Encaminhamentos:

- **Fomento Zero/Congela Alcobaça, Mucuri, Nova Viçosa e Caravelas**
- **Não renovar os contratos dos fomentados que tenham pendências ambientais**
- **Ampliar a faixa de recuo de 300m para... (?)**
- **Secretaria Executiva encaminhar ofício para bancos financiadores, alertando da problemática nos 4 municípios com super concentração de plantios de eucalipto**
- **Realizar uma apresentação de nivelamento e atualização sobre a adesão ao TAC.**
- **Adotar indicadores de desconcentração (econômica, social, fundiária e ambiental)**
- **Elaborar os planos participativos**

Dia 04/06, quarta-feira

Continuação – Desconcentração dos plantios nos 4 municípios mais afetados

O ex-secretário executivo retomou a questão de não se tratar o fomento como coisa negativa. E que FF não considere o fomento certificado como indicador negativo e sim como um ativo. Pontuou também que ao retirar fomento não certificado tende a ter balanço que tem desconcentração e que empresas tragam esta informação. Solicitou ainda que as empresas informem a porcentagem de adesão ao TAC em relação ao Arboretum. O representante da Fibria afirmou que dos fomentados da empresa houve 105 adesões ao TAC, até o momento, e que a hora de decidir se adere ou não é na colheita. O representante da Suzano não sabia os números exatos, mas disse que o fomento certificado fica próximo de 50 mil ha e que não deve-se levar em consideração só os certificados, mas também os em processo de certificação, que é mais rigoroso que a legislação brasileira. E sugeriu que ao invés de zero fomento seja usado o modelo de Mata Legal, da Apremavi, de não ter 100% da propriedade com eucalipto, agregando fator de desenvolvimento importante, com parte da propriedade tendo destinações para toras, frutíferas... Outro representante da Suzano informou que a empresa tem 198 adesões num universo de quase 400 proprietários, ou seja, quase 50%, e falou ainda que a empresa Bello Fruit, beneficiadora de mamão, está atuando em Mucuri e faz a organização dos proprietários em cooperativas, visando vender produto para Ceasa e para exportação. Frisou que para proprietário o fomento é boa opção porque o retorno da madeira é razoavelmente rápido, possibilitando investimentos em outras atividades agrícolas. O ex-secretário executivo propôs um encaminhamento que pode avançar num novo acordo: o de que todos contratos de fomento não trabalhe com 100% de eucalipto para celulose, propiciando a introdução de outras culturas, que teriam a função de gerar emprego e renda. O representante da Fibria considerou a proposta interessante do ponto de vista de incentivar o produtor e não de proibir. Citou como exemplo o Espírito Santo onde uma porcentagem da madeira deveria ser destinada para mercado, mas acaba vendida para empresas por falta de comprador. O representante de Oliveira Costa recordou os Diálogos Abertos, que aconteceram em 2011 com empresas e comunidades e frisou que o grande erro foi comprar fazendas de 1000 ha e plantar 1000 ha, não pensando em famílias que estavam na terra. Sobre a sugestão de se trazer a experiência da Apremavi, o ex-secretário executivo ponderou que são realidades fundiárias diferentes e a questão é como avançar na nossa realidade com programas de fomento da região. O representante da Suzano propôs que se aguarde a apresentação das empresas, para nivelar e alinhar conhecimentos, e depois saber como vai andar, com mais riqueza de detalhe. Sobre a notificação do MP às pessoas que deixam gado solto nos eucaliptais, o representante da Fibria argumentou que o apelo maior do estado é questão ambiental, em relação às perdas ambientais e risco econômico, uma vez que grande parte dos animais não tem comprovante de vacinação, de propriedade de pecuaristas especuladores, que não pagam ITR.

Ampliação da faixa de recuo no litoral

O representante de Oliveira Costa ressaltou que desenvolvimento da região depende desse recuo, pois não aonde ir se não for o turismo, faltando a sincronização de informações entre empresas e município. O secretário executivo destacou dois casos que precisam solução o recuo nas áreas da Suzano e a colheita nas terras da Suzano e uma 3ª questão que é o plano de desenvolvimento da região, que precisa de metas, data, e não pode esperar infinitamente. A representante de Costa Dourada afirmou que não adianta empresas venderem e continuar com eucalipto e questionou que Fibria e Suzano alegam não ter terra pra vender, mas possuem se for pra continuar com eucalipto. O secretário executivo lembrou que as empresas aceitam vender áreas de interesse turístico se for bom negócio para elas, interessados devem procurar Di Ciero ou Juliano. Com relação ao recuo de 300m em Mucuri, o representante da Fibria advertiu que a empresa está prestes a colher 55 ha e empresa está preocupada com as invasões, que foram em número de 17 nos últimos 3 meses, tendo sido mapeados os invasores, na maioria para cunho especulativo. Informou que os invasores são notificados na hora

que começa a roçar lote, com apreensão de ferramentas, para não ter novas invasões, mas que não pode passar com trator encima, tendo que esperar decisão judicial. E que existe até o kit invasão, composto por churrasqueira e piscina. kit invasão. Judicial, não pode passar com trator encima. Sugeriu como proposta não fazer recuo até ter algo mais estruturado para a área. O representante de Costa Dourada concordou com a proposta de não recuar no recuar no momento, mas lembrou que desde 1997, época do 1º corte, a empresa não fez o manejo, nem vigilância da área, o que pode ter levado à 1ª invasão, em 1998. O ex-secretário executivo ressaltou que após a assinatura do acordo de recuo em Mucuri as empresas tinham 18 meses para elaborar o plano para ocupação da área dos 300m, mas o plano não foi feito e o recuo foi. Manifestou apoio à empresa em não fazer o recuo de imediato, enquanto não se elabore o plano participativo de ocupação. O representante de Oliveira Costa enumerou as melhorias que a região alcançou, como o acesso e a sinalização, mas contrapôs com a necessidade de uma reunião com comunidade, MP e empresas para buscar soluções para as invasões. A representante de Ponto Central observou que o planejamento tem que ser bom para as 2 partes, com participação engajada da comunidade. Citou o exemplo de Ponto Central que a Veracel recuou para a agricultura familiar e está dando certo, pois comunidade entendeu que a área não é para invasão. O representante da Suzano argumentou que era preciso separar a questão do plano participativo do recuo dos 300m do planejamento das áreas negociáveis para empreendimentos turísticos, no qual a empresa está aberta a propostas. O representante da Fibria disse que o recuo só será feito mediante conhecimento da destinação da área e que será preciso se concentrar no planejamento. O ex-secretário executivo afirmou não se tratar de um plano do governo do estado no qual terá que se esperar 20 anos, como o ZEE, e que o FF não inclui o poder público, tendo como premissa cumprir os acordos estabelecidos. O representante do Conselho de Desenvolvimento Sustentável destacou que as empresas não tem responsabilidade pelo planejamento turístico municipal e que prefeitura é uma das maiores interessadas no assunto, que deve ser elaborado junto com FF, com resultado não muito demorado. O representante de Costa Dourada lembrou que embora no mesmo município Costa Dourada, Itaquiri e Juerana são localidades muito diferentes. O foco de Costa Dourada é o turismo e as outras duas é a agricultura, enfatizando que é preciso avançar um pouco mais neste plano participativo, que pode ser muito benéfico para a região. O outro representante da Suzano mencionou o Comitê de Desenvolvimento Regional, que começou a se reunir em Nova Viçosa (?), com portas abertas para qualquer assunto e reuniões mensais. Comentou que é um projeto piloto para ver se funciona e o FF também pode participar. O representante da Natureza Bela enfatizou que se empresas não estão dando conta do acordo, deve-se reescrever o acordo, mas como viabilizar é a grande questão, ressaltando que a tentativa de postergação do planejamento participativo por mais 6 meses não deveria acontecer. O secretário executivo questionou até que ponto o desconhecimento da realidade local não impediu o cumprimento pleno do acordo, lembrando que Costa Dourada é diferente das outras localidades. Para resolver a questão, propôs que a secretaria executiva junto com o ex-secretário faça contato com o comitê de Mucuri, com Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para FF participar do comitê, debatendo a questão do recuo e de como desenvolver adequadamente aquela região.

Encaminhamento- não houve cumprimento integral do acordo, novo encaminhamento é buscar novas formas de viabilizar desenvolvimento sustentável da região.

Fomento social

Respondendo ao questionamento do representante de Oliveira Costa sobre o recuo dos 300m, o representante da Suzano disse que a empresa está focada em vários projetos para a agricultura familiar, mas não quis adiantar nada para não criar expectativa. O secretário executivo, por sua vez, indagou se haveria forma de pessoas da comunidade se tornarem produtores fomentados de eucalipto com agricultura consorciada em áreas das empresas. Argumentou se tratar de desconcentração, envolvendo um raio de 1km onde quem vai tomar conta é comunidade, intercalando plantio de eucalipto com outras espécies, gado... Área de fomento onde quem vai

trabalhar são pessoas que moram. O representante da Suzano disse que a empresa pensou nisso no passado, mas que o problema sério na legalidade deste processo é a questão trabalhista, por isso houve desistência, mas que a empresa está aberta a discutir novamente. A representante de Ponto Central aproveitou para perguntar aos representantes da Veracel a possibilidade da empresa ceder área para a Associação de Mulheres Artesãs plantar piaçava, matéria-prima do artesanato fabricado por elas, saindo da mão dos armazéns que cobram muito caro. A representante da Fibria adiantou que na próxima reunião do fomento já ter uma conversa com o foco no fomento social. O secretário executivo destacou o mercado de flores, que não tem produção local, mas grande autoconsumo e questionou se não tem haveria competência para estimular as comunidades a produzir flores nas áreas de recuo. Indagou ainda dos representantes das empresas se é viável amadurecer a proposta de incentivar produtor rural dentro das terras das empresas, envolvendo pessoas da comunidade a se tornarem produtores florestais. O representante da Fibria sugeriu uma apresentação sucinta dos projetos de iniciativa das empresas, que estão pulverizados, como subsidio para discussão. Para a representante de Costa Dourada a discussão avançou já que as empresas concordaram que se aparecer ofertas boas na faixa litorânea estão dispostas a vender. E comentou que sempre enxergou a possibilidade de outra plantação consorciada na faixa de terra entre um eucalipto e outro. O representante da Suzano argumentou que a empresa já fez tentativa com melancia, mas que a pessoa que ficou encarregada da terra não foi buscar a produção. E que uma das grandes dificuldades da região é a mão de obra. No que foi apoiado pela representante da Veracel que afirmou que a empresa também já fez várias tentativas de fortalecer a organização comunitária, com formação de cooperativas, também sem muito sucesso.

Encaminhamentos:

- **Apresentação da Fibria e Suzano em relação a situação atual do fomento nos 4 municípios, além de quais proprietários diversificaram com quais culturas.**

Empresas trazerem informações sobre a desistência de fomentados, que áreas foram vendidas, onde? Construir no GT proposta de acordo para estímulo da diversificação na propriedade fomentada. Trazer na próxima plenária.

- **Realizar seminário em Mucuri com comunidade, MP e empresas (Fibria e Suzano) - Envolver o poder público**
- **Fomento social**
- **Fomento não certificado**
- **Novos fomentos com diversificação**
- **Informar ao FF onde (municípios) foram vendidas áreas**

*** Notícia sobre processo de seleção para Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal**

*** Extração de madeira nativa nos Parques Nacionais**

- **Ocupação no Parque do Descobrimento (ICMBio) – Adiado para próxima reunião**
- **Pacto para fim da extração de madeira nativa e geração de alternativas de renda sustentável (Paulo)** O ex-secretário executivo fez a apresentação do Pacto para o fim da extração de madeira nativa no MOSAICO e sustentabilidade da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal e Águas Belas, cujo objetivo é a construção de um pacto que venha a acabar com a extração de madeira nativa nos remanescentes de Mata Atlântica do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia, a começar pelas florestas dos Parques de Monte Pascoal e Descobrimento. Falou sobre as estimativas dos gestores dos Parques Nacionais do Descobrimento e Monte Pascoal de que, nessas duas áreas, mais de 4.300 estacas saem por mês – cerca de 360 árvores, em geral sob encomenda. Mostrou a localização dos pontos de fabricação e informou à plenária sobre a primeira reunião do Pacto, realizada em março, em Porto Seguro. Incitado a falar sobre a aquisição de madeira de eucalipto para fabricação de peças de artesanato, o secretário executivo informou que em Montinho os artesãos estão

comprando um caminhão/mês e em Coroa Vermelha de um a dois/mês. Mas enfatizou que continua a derrubada de madeira no Parna do Descobrimento, pois alguns artesões não aderiram. Observou que uma forma rápida de suprir os artesãos com matéria-prima é colocar uma carga de acácia dentro de Montinho e uma carga dentro das aldeias, pois madeira de acácia é escura e se assemelha às nativas, não tendo motivo para atravessador não comprar. E que a única forma de diminuir pressão é diminuir compra. O representante da Suzano ressaltou a elaboração de um plano de marketing encima do artesanato oriundo da madeira de eucalipto, pois turista quando passa e compra não sabe diferenciar. O ex-secretário executivo abordou a importância de não tratar artesanato tradicional como crime, sendo que um dos encaminhamentos da reunião do Pacto para fim da extração da madeira nativa foi o de que todas peças de divulgação sejam consensuadas e direcionadas para valorização da cultura indígena, do artesanato. Lembrando que não é só indígena que utiliza essa madeira, não sendo o único responsável. O secretário executivo aproveitou para lembrar aos representantes a Veracel que não se conseguiu viabilizar a compra de madeira da empresa para os artesãos de Montinho e Coroa Vermelha, e que a mesma está sendo realizada em Posto da Mata, saindo muito caro. E indicou que na próxima reunião do GT se trabalhe uma proposta de como adquirir a madeira da Veracel.

*** Prestação de contas (ASCAE) -2012/2014**

O representante da ASCAE apresentou as contas relativas à administração das finanças do Fórum Florestal Bahia no período de 2012 a 2014. Esclareceu o erro contábil que teria dado uma diferença de R\$ 13 mil na taxa de administração. Apresentou o resumo das rubricas e agradeceu aos presentes a oportunidade que foi dada a entidade como instituição sede do Fórum Florestal.

O representante da Fibria salientou que é preciso otimizar os recursos e que haja transparência na prestação de contas.

Encaminhamentos:

- ASCAE encaminhar, via grupo de mensagens, as planilhas detalhadas e resumida apresentadas na reunião.
- Apresentação do novo orçamento do FF, deduzidos os gastos da ASCAE, na próxima reunião plenária.

*** Outros assuntos / o que houver**

Reunião GT

O secretário executivo sugeriu aos membros do GT a realização de uma reunião antes da plenária, ainda no mês de junho. Os representantes das empresas Fibria e Suzano falaram da impossibilidade do encontro acontecer, pois as empresas vetaram qualquer viagem no mês de junho, por conta da Copa do Mundo.

Encaminhamento: adiantamentos dos assuntos a serem tratados no grupo de mensagens do GT

- Pulverização dos plantios de eucalipto por aviões

Sobre a solicitação de informação da representante de Costa Dourada sobre pulverização dos plantios por aviões, o representante da Suzano informou que a empresa possui 7 pistas para pouso de aviões agrícolas, sendo 3 em Costa Dourada. Que os aviões serão utilizados para pulverizar adubo granulado e que a empresa vai explicar para comunidade vai realizar reuniões para explicar para comunidade o que vai fazer. enfatizou que não se trata de veneno, nem inseticida. O representante da Suzano garantiu que a empresa nunca fez nenhuma pulverização de inseticidas. E que pistas de pouso para este tipo de avião é diferente de pista para passageiros.

- Campo de pouso em Costa Dourada

A representante de Costa Dourada mencionou a cessão de uma área da Suzano de 30 por 1000m para a construção de uma pista de pouso, solicitada por aeroclubistas de MG e Brasília. A área ficaria em nome da Associação dos Moradores e os membros do aeroclube fariam a terraplanagem e se encarregariam da

documentação. Considerou que tendo em vista que o potencial econômico é o turismo a pista seria interessante. O representante da Fibria afirmou que a empresa tem um aeródromo e está disposta a vendê-lo porque é um elefante branco, mesmo dividindo os custos com outras empresas e que 78% dos aeródromos do Brasil estão falidos. Citou ainda que o prefeito de Nova Viçosa tinha entre seus projetos um aeroporto municipal, mas desistiu porque São Mateus e Conceição da Barra já vão fazer. Argumentou que não dá para discutir pleitos de quem tem aeronave e que as prioridades devem ser colocadas nos seus devidos lugares.

- Reativação do Fórum Florestal Capixaba

O representante da Fibria informou que numa iniciativa da Fibria, Suzano e IBio está sendo feita uma nova tentativa de reativação do Fórum Florestal Capixaba, que começou e parou 2 vezes desde 2008. Destacou que é muito provável que nas próximas reuniões o secretário executivo seja convidado para falar da experiência do FF BA.